

A “insegurança da existência” da classe trabalhadora brasileira pós-golpe de 2016

The “insecurity of existence” of the Brazilian working class after the 2016 coup

Caroline Magalhães Lima* 

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar considerações sobre a “insegurança da existência” da classe trabalhadora no período pós-golpe de 2016. Para isso, foi realizada pesquisa de caráter bibliográfico e análise a partir do materialismo histórico-dialético. Compreendendo a categoria *crise* como chave analítica, partimos da discussão sobre a crise do capital, recuperando sua processualidade histórica e aproximando-se da dinâmica atual do capitalismo, bem como de sua particularidade no Brasil. A partir disso, foi possível fundamentar a análise das determinações e da concretude da “insegurança da existência” da classe trabalhadora brasileira no período pós-golpe de 2016. A crise serviu de justificativa para o ataque contundente da burguesia contra a classe trabalhadora a partir de medidas de intensificação do ajuste fiscal permanente, com a retirada de direitos realizada via (contra)reformas.

Palavras-chave: Crise do Capital, “Questão Social”, Golpe, Classe Trabalhadora, Brasil.

ABSTRACT

This article aims to present considerations about the “insecurity of existence” of the working class in the post-coup period of 2016. For this, a bibliographical research and analysis based on dialectical historical materialism was carried out. Understanding the crisis category as an analytical key, we start from the discussion about the crisis of capital, recovering its historical process and approaching the current dynamics of capitalism, as well as its particularity in Brazil. From this, it was possible to base the analysis of the determinations and the concreteness of the “insecurity of existence” of the Brazilian working class in the period after the 2016 coup. measures to intensify the permanent fiscal adjustment, with the withdrawal of rights carried out via (counter)reforms.

Keywords: Capital Crisis, Social Issues, Coup, Working Class, Brazil.

Introdução

Este artigo tem como objetivo tecer considerações sobre a “insegurança da existência” da classe trabalhadora brasileira no período pós-golpe de 2016, entendida como o fenômeno do pauperismo em

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88522>

*Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil.
E-mail: carol_pds@hotmail.com.

Como citar: LIMA, C. M. “Insegurança da existência” da classe trabalhadora brasileira pós-golpe de 2016. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 17-192, dez, 2024.
Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88522>

Recebido em 03 de fevereiro de 2024.

Aprovado para publicação em 08 de abril de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

sua expressão contemporânea, fazendo valer a *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, formulada por Marx no século XIX.

Com base em pesquisa bibliográfica e no levantamento de dados empíricos em fontes secundárias, a análise realizada apoiou-se no método de Marx, por meio do qual compreende-se que o fenômeno tem de ser desvelado a partir da totalidade que o constitui e em que se constitui, não somente nas suas formas aparentes de manifestação, mas também em seu conteúdo essencial.

Neste trabalho, a categoria crise é a chave analítica e, a partir de sua discussão, recupera-se sua processualidade histórica e sua configuração na dinâmica atual do capitalismo, esforço já realizado por diversos autores e autoras aqui utilizados. A partir dessa perspectiva teórico-analítica, a crise é situada na particularidade brasileira, a fim de expor alguns dos elementos que afetam a vida de milhões de trabalhadores, com recorte para o desemprego e a desigualdade de renda, aprofundados no período pós-golpe até a pandemia de Covid-19.

A exposição do conteúdo foi estruturada em três tópicos: o primeiro tece algumas considerações sobre a crise capitalista e sua processualidade, destacando as intervenções do Estado no sentido de garantir alternativas para a sua superação e para a manutenção da ordem burguesa; o segundo tópico discute as respostas articuladas para a crise do capital, expressas no fortalecimento de projetos que buscam uma maior racionalização da produção e da ação do Estado, conjugando reestruturação produtiva e neoliberalismo, que configuram ofensivas burguesas à classe trabalhadora; e o último tópico aborda essas ofensivas contra a classe trabalhadora na realidade brasileira, principalmente, a partir do Golpe de 2016, resultando na “insegurança de sua existência”.

Considerações conceituais e históricas para a compreensão da crise do capital

A acumulação capitalista possui particularidades históricas, modifica-se conforme as transformações que ocorrem na própria dinâmica sócio-histórica de reprodução do capital e de suas relações sociais na dinâmica da luta de classes. O Estado participa desses processos, ligado organicamente à acumulação capitalista.

Em *O capital*, Marx (2008) aborda diversas formas de intervenção do Estado no processo de organização da produção (e da reprodução) de capital, com destaque para o processo de exploração da força de trabalho, de garantia das expropriações, o sistema da dívida pública e as facilidades do sistema tributário para com os capitalistas. As análises de Marx (2008) fornecem elementos que contribuem para uma análise dos fenômenos surgidos com as transformações societárias contemporâneas e suas particularidades no Brasil, em um contexto de crise.

Entender a crise é fundamental para a apreensão da dinâmica do modo de produção capitalista, que repercute nas práticas sociopolíticas e no terreno da luta entre as classes fundamentais, fazendo emergir novas questões, formas de ação e contradições, na dialética entre o econômico e o político, entre estrutura e superestrutura. As crises são intrínsecas ao modo de produção capitalista e derivam das contradições engendradas na sua dinâmica de acumulação, nas suas relações sociais e no seu processo de reprodução.

Behring (2012), ao citar Marx, afirma que “a crise restabelece violentamente a unidade das fases do processo de produção e reprodução social que estavam autonomizadas pela dinâmica mesma da economia burguesa” (p. 168-169). Ou seja, a crise reconfigura a própria dinâmica das relações sociais de produção capitalistas.

O Estado participa desse movimento, seja regulando, intervindo diretamente com legislações protetivas, seja concedendo empréstimos, subsídios e perdão de dívidas. Ele também implementa as condições gerais para a produção capitalista, buscando facilitar o processo de produção e de realização do capital. Deste modo, no desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, o Estado intervém no sentido de garantir saídas para as crises do capital e no de aumentar o grau de sua legitimidade (Lima, 2023).

Segundo Mota (2011, p. 31), as crises implicam em uma conjuntura de transição, “portadora de um conjunto potencial de iniciativas políticas, capazes de promover mudanças”. Elas trazem à superfície as contradições do capitalismo, acirrando a luta entre as classes e intraclasses. Sendo assim, a crise “é um período de disputas políticas em que a burguesia [...] investe na perenização de uma sociedade baseada no mercado e na democracia dos livres proprietários, contrapondo-se às lutas das classes subalternas” (Mota, 2011, p. 31).

No último quartel do século XIX, ocorreu uma transformação qualitativa nas relações sociais que levou à formação de cartéis com a estruturação de grandes grupos econômicos. Esses grupos cresceram para além de seus territórios e colônias, frente à disputa geopolítica pela expansão de mercados, aprofundando o fenômeno do imperialismo.

Lenin (2017) aponta que a transição da Idade Concorrencial para a Idade dos Monopólios teve como um de seus marcos a I Guerra Mundial. Esse episódio evidencia a disputa dos capitais e revela como a crise é imprescindível para a constante reinvenção do modo de produção capitalista. Dialogando com o autor, Iasi (2018, p. 18) aponta que:

De certa forma o momento da passagem para o monopólio e sua conversão em imperialismo correspondeu a duas necessidades: a organização da partilha do mundo entre as potências capitalistas, e o meio disso foi a guerra, mas também, um correlato político importante, qual seja, a formação de uma aristocracia operária, no centro e a transferência das condições mais agudas da exploração para a periferia do sistema.

A reconfiguração a qual se referiu Iasi (2018) evidencia mudanças profundas na correlação de forças do cenário da luta de classes naquele momento. A classe trabalhadora buscou se reorganizar, gerando impasses para o Estado capitalista, com a Revolução Bolchevique de 1917, que fortaleceu o movimento comunista internacional. As guerras imperialistas geraram vitórias aos setores capitalistas, mas sempre enfrentando resistências na periferia e nos países semiperiféricos. As guerras, neste sentido, são fundamentais para o exercício da coerção estatal, daí a tendência à necessidade de fortalecimento do braço coercitivo do Estado nas crises. Há, portanto, uma relação orgânica entre crise do capital e recrudescimento da dominação coercitiva do Estado sob a supremacia burguesa.

O processo de desenvolvimento capitalista em países do centro é permeado por contradições. Mesmo no período de ascensão da taxa de lucros, tais países experimentaram crises pontuais, até sua generalização, entre 1929 e 1932, quando eclodiu a crise conhecida como a *Grande Depressão*. Esta crise é considerada uma das múltiplas determinações da ascensão do nazifascismo e da instauração da II Guerra Mundial (Netto; Braz, 2011).

Segundo Palmiro Togliatti (1978), o fascismo ascendeu como ditadura terrorista aberta aos elementos mais reacionários e imperialistas do capital financeiro que se consolidava. O fascismo tomou formas diferentes em países e em períodos diferentes, mas sempre se configurou como uma ditadura da burguesia, com uma base numa política ultranacionalista e autoritária, que arregimentou classes sociais (principalmente na pequena burguesia), reforçando valores tradicionais e conservadores. Naquele momento histórico, a instauração de uma ditadura fascista se relacionava à insatisfação de vários segmentos populacionais, cada vez mais pauperizados pela crise do capital:

[...] O fascismo se desenvolve porque as contradições internas chegaram a tal ponto que a burguesia é obrigada a liquidar as formas de democracia. Deste ponto de vista, quer dizer que nos encontramos diante de uma crise profunda, que se prepara uma crise revolucionária que a burguesia quer enfrentar (Togliatti, 1978, p. 07).

O conflito que envolveu as potências do Bloco Nazifascista e do Bloco "Aliado" resultou no processo que levou à vitória dos "Aliados", em que o Exército Vermelho fez retroceder o Exército Alemão, e avançou sob o território oriental da Alemanha, adentrando e conquistando a capital alemã. Esse episódio histórico é considerado o marco do fim da II Guerra Mundial, em 1945. Com isso, os conflitos entre Bloco Capitalista e Bloco Socialista se acirraram, gerando significativas disputas geoeconômicas. A memória da guerra recentemente superada e a ameaça de catástrofe mundial nuclear, com a Guerra Fria, implicaram em impactos na direção dos Estados europeus, que buscaram não apenas garantir as condições gerais de produção capitalista, como também o consenso, em que partidos socialistas e social-democratas ascenderam ao poder e contribuíram com o capital.

Naquela conjuntura, com a elevação das taxas de lucros e com a conciliação de classes que integra o processo de “reerguimento das nações” europeias, foram colocadas as bases sócio-históricas para a realização do “Estado de Bem-Estar Social” que se diferenciará em cada país (Netto, 2011). Usando o fundo público e ampliando o gasto social, os países centrais do Bloco Capitalista, assumiram diretrizes que: 1) redirecionavam o crédito estatal para a produção em massa na grande indústria, com implementação do modelo fordista de produção em um grau de maior complexificação, repercutindo na cultura e subjetividade da classe trabalhadora; 2) ampliaram o investimento estatal em tecnociência, processo que se inicia com a guerra; 3) investiram mais em infraestrutura para produção e consumo (o Estado garante os bens de consumo coletivos); 4) fizeram com que alguns países adotassem o modelo macroeconômico keynesiano, engendrando um novo modelo de controle social e administrativo, que operava com base numa racionalidade legalista, fortalecendo sua dimensão burocrática; 5) impulsionaram a implementação de políticas sociais, que configurariam os chamados “Estado de Bem Estar Social” no centro da economia capitalista, estimulando o consumo na reprodução da força de trabalho (Behring; Boschetti, 2008; Duriguetto; Montañó, 2011).

Tais elementos foram incorporados com objetivo de atender às necessidades do capital e às necessidades sociais, a fim de garantir a “segurança” no contexto de reerguimento do continente europeu e de hegemonia estadunidense, demarcando o período conhecido como os “30 anos Gloriosos” (Netto, 2011). Enquanto isso, nos países periféricos, o processo de colonização era tensionado e, na América Latina, o autoritarismo garantia a superexploração do trabalho.

As respostas do capital à sua crise estrutural

A seguridade social, que tem como um de seus marcos o Relatório Beveridge inglês nos anos 1940, pode ser compreendida como uma conquista social, mas que se soma à conjuntura de pleno emprego, da lógica do direito ao trabalho, do consumo como determinação para o desenvolvimento do capitalismo e da cidadania burguesa.

Observa-se naquela conjuntura, com a constituição do “Estado Social”, uma “evasão irracionalista da ‘angústia’” em prol da fundação de um aparato teórico sustentado na estabilidade e na eficácia formal da “segurança”. Para Coutinho (2010, p. 64):

O conceito de “segurança”, tal como é formulado na cultura da decadência, liga-se estreitamente à limitação imposta pela economia capitalista à plena expansão da personalidade humana. Somente submetendo-se às “normas” e regras socialmente impostas, tornando-se um conformista, pode o indivíduo experimentar uma sensação de segurança e estabilidade num mundo objetivamente assolado por contradições. Portanto, percebe-se facilmente a relação

direta entre burocracia e “segurança”, ou seja, o modo pelo qual uma vida “segura” submete-se aos princípios do formalismo pseudorracional e aos valores burocráticos da eficácia “profissional”; a “segurança”, assim, conforma-se à identificação entre personalidade individual e função desempenhada na divisão do trabalho, identificação própria da cultura capitalista.

Com a crise do “Estado de Bem-Estar Social”, a ideia de “segurança” é esvaziada, através de contrarreformas neoliberais, que estabelecem tetos para gastos públicos, fragilizando direitos, ampliando o desemprego, desprotegendo o trabalho, reforçando a “angústia” e a “insegurança social” da classe trabalhadora. A burguesia construiu, política e ideologicamente, uma vinculação entre emprego e “segurança”, que aponta para a relação apresentada pela Lei Geral da Acumulação Capitalista, entre o exército de trabalhadores ativos e o exército industrial de reserva, incidindo diretamente nas condições de venda da força de trabalho, nos custos de sua reprodução e, conseqüentemente, na pobreza.

Trata-se, para Coutinho (2010), de uma perspectiva formal e “pseudorracional” creditar essa “segurança” ao emprego, uma vez que há uma rotatividade imposta pela dinâmica capitalista, que continuamente lançará parte do exército ativo de trabalhadores no exército industrial de reserva, principalmente com o avanço tecnológico em que há a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. O capitalismo busca, portanto, constituir um conformismo social que leva os trabalhadores à aceitarem formas cada vez mais intensas de exploração do trabalho na perspectiva de evitar o desemprego e garantir a estabilidade, isto é, a suposta “segurança”, fazendo valer a subsunção real do trabalho ao capital.

A suposta “segurança”, gerada pela dinâmica do modo de produção capitalista nos países do centro pós-segunda guerra, com base no incentivo ao consumo irracional e “anti-humano” de mercadorias, enfrentou dificuldades para se manter (Coutinho, 2010). Já nos países de economia capitalista periférica, a suposta “segurança” foi garantida pelo *controle estatal a partir da coerção ditatorial* (como no caso da América Latina, além de alguns países árabes) e pelo terrorismo de Estado.

A suposta “segurança” é uma expressão ideológica construída no contexto de Guerra Fria, em que o Bloco Capitalista precisava garantir legitimidade social e frear as adesões ao Bloco Socialista. Nesse contexto, a produção passava por uma racionalização, com a alavancagem da produção em massa fordista, ancorada em políticas de Estado que promoviam a expansão de capitais ao mesmo tempo em que garantiam salários indiretos – através de políticas sociais – voltados para a viabilização do consumo em massa (Mota, 2009).

A ideia de “segurança” foi necessária para garantir a produção e o consumo em massa, até que a dinâmica dos ganhos de produtividade chegou ao limite, gerando recessões generalizadas para a economia capitalista mundial nos anos 1970 e 1980. Com isso,

ocorreram profundas alterações no mundo do trabalho, reconfigurando sua morfologia, reestruturando a produção – como tentativa de viabilizar a recuperação da taxa de lucros – e as próprias relações sociais, com o crescimento significativo do desemprego e, conseqüentemente, do fenômeno do pauperismo. Nesse contexto, medidas neoliberais foram tomadas para combater a crise no âmbito do Estado, com a flexibilização das legislações sociais, as políticas de austeridade fiscal sobre os gastos públicos, principalmente na área social e, foram adotadas novas estratégias de captura do fundo público pelo capital. Disto decorrem instabilidades e fraturas na legitimidade dos sistemas burocráticos assumidos e operados pelo Estado (Fiori, 1995).

Assim, como respostas às recessões generalizadas, que configuraram a crise capitalista mundial, foram soerguidos projetos que buscam uma maior racionalização da produção e da ação do Estado, conjugando reestruturação produtiva e neoliberalismo, que constituíram ofensivas burguesas ao trabalho e à classe trabalhadora.

O neoliberalismo se apoia nos modelos de gestão empresarial, implementando um modelo de administração flexível, levando à redução do Estado, com a implantação do gerencialismo, que investe na privatização e na desresponsabilização estatal no campo das políticas sociais. Deste modo, busca-se deslegitimar o que é público, a partir de uma forte ofensiva ideológica contra o Estado de Bem-Estar Social e a democracia, com a revitalização do conservadorismo e do “direitismo” como reflexo do ‘espírito do tempo’”. Segundo Fiori (1995), nas crises se “refazem as relações entre as formas política e econômica de dominação” (p. 68), afetando a direção cultural, política e a própria ação do Estado e das classes sociais.

Dardot e Laval (2016) apontam que nessa “nova razão do mundo”, aspectos da vida cotidiana são regidos pela economia, que orienta condutas, direciona escolhas e influencia as práticas dos indivíduos. Segundo os autores, no neoliberalismo a concorrência se expande de tal forma, que a própria democracia fica abalada: “Não se trata mais de postular um acordo espontâneo entre os interesses individuais, mas de produzir condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo” (Dardot; Laval, 2016, p. 69). Assim, a racionalidade burguesa neoliberal busca criar estratégias de destituição de direitos a favor de uma “lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (Dardot; Laval, 2016, p. 34).

O neoliberalismo assumiria o papel de “refundador intelectual” de toda a sociedade (Dardot; Laval, 2016, p. 35), instaurando um clima em que “uma guerra [vem] sendo travada pelos grupos oligárquicos, na qual se misturam de forma específica, a cada ocasião, os interesses da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas e das mídias [...]” (Dardot; Laval, 2016, p. 20). Tal apontamento *é e não é* uma novidade, visto que a disputa entre grupos oligárquicos é própria à dinâmica do capitalismo monopolista. Entretanto, surgem novos elementos que demarcam particularidades do tempo presente.

É fato que os oligopólios capitalistas querem uma transformação em que eles detenham o domínio sobre a sociedade “[...] impondo-lhe a fórceps a lei tão pouco natural da concorrência e o modelo da empresa” e para isso, “[...] é preciso enfraquecer as instituições e os direitos que o movimento operário conseguiu implantar a partir do fim do século XIX” (Dardot; Laval, 2016, p. 21). Não se trata apenas de alterações legais, mas de toda uma formação cultural e ideológica construída, seja via mídia, seja via redes sociais, como é possível observar em torno da polêmica da rede social X e do marco regulatório das redes sociais, em discussão no Brasil.

Dardot e Laval (2016) apresentam o conceito de Wendy Brown de *desdemocratização*, que significa o movimento de perda da normatividade da democracia liberal, com a desativação de seus fundamentos como igualdade, emancipação política, laicidade, universalidade, cidadania e liberdades civis; um processo “que consiste em esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente” (p. 20).

As reflexões de Dardot e Laval sobre o neoliberalismo e as regressões experimentadas no âmbito da democracia liberal, embora não sustentadas na matriz teórica marxista e tampouco dirigidas à realidade brasileira, trazem contribuições importantes para a compreensão do golpe ocorrido em 2016 que levou a presidenta Dilma Rousseff (PT) ao *impedimento*, somado ao processo de retirada de direitos e perda de cidadania pela qual a classe trabalhadora brasileira lutou para conquistar. Sendo assim, trabalhadores e trabalhadoras têm experimentado em seu cotidiano a “insegurança da existência” com o agravamento das expressões da “questão social”, com o desemprego, a fome e a insegurança alimentar, a violência, a falta de acesso às políticas e direitos sociais.

A ofensiva contra a classe trabalhadora brasileira e a “insegurança de sua existência” pós Golpe de 2016

O Golpe de 2016 revela um elemento de mudança nas relações entre Estado e classes sociais no Brasil decorrentes das respostas articuladas pela burguesia à crise do capital. Essa crise também provocou um aumento da exploração da força de trabalho – principalmente nos países periféricos –, na tentativa de elevação da taxa de mais valia, com a aceleração do ciclo de rotação do capital, nas disputas e guerras imperialistas. Essa dinâmica “permite explorar o diferencial de produtividade do trabalho e baixar os custos das matérias-primas, reprimarizando inclusive alguns países, tendo em vista as suas vantagens comparativas e sustentação no mercado mundial, como é o caso do Brasil” (Behring, 2012, p. 174).

Sabemos que as crises expõem e requalificam a “questão social”, cuja gênese está no caráter coletivo da produção (social) contraposto à apropriação privada da riqueza

produzida pelo trabalho. Logo, ela reside na contradição exposta na formulação marxiana apresentada na Lei Geral da Acumulação Capitalista (Lima, 2023).

A “questão social” é tida como categoria teórica formulada a partir do fenômeno do pauperismo (Netto, 2010). É indissociável da sociabilidade capitalista, sendo determinada pela organização da produção e do trabalho, e da configuração estatal, particularmente na fase monopolista do capital (Iamamoto, 2011). A “questão social” é a base da formulação de direitos e políticas sociais, que ganharão maior ou menor institucionalidade e efetividade a partir do contexto da luta de classes no modo de produção capitalista.

Desde o processo de instauração do regime de acumulação flexível há uma nova morfologia do trabalho que impõe uma “informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, do ciberproletariado” (Antunes, 2015, p. 127). Neste contexto, “a classe que vive do trabalho” é cada vez mais desprovida de direitos, com a mercadorização dos serviços públicos (como educação, saúde, energia, previdência etc.) e ameaçada pelo desemprego estrutural. Cada uma das transformações que compõem essa nova morfologia do trabalho repercute no plano organizativo, valorativo, subjetivo e ideopolítico da classe trabalhadora, tendo em vista o esvaziamento de suas organizações clássicas, como os sindicatos. Assim, o capital exige a flexibilização das legislações sociais e encontra facilitação por parte do Estado.

E flexibilizar a legislação social do trabalho significa – não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso – aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro (Antunes, 2015, p. 130 — grifo do autor).

No caso brasileiro, a crise serviu de mote à construção do Golpe de 2016, articulado por frações da burguesia, com uso da mídia, da militância do judiciário e do Congresso Nacional — principalmente da direita conservadora em plena ascensão desde junho de 2013. Foram tomadas medidas como a contrarreforma trabalhista, a contrarreforma da previdência, a Emenda Constitucional n° 93 (que tratava da Desvinculação das Receitas da União), a Emenda Constitucional n° 95 (que estabeleceu o Teto dos Gastos Sociais), dentre outros instrumentos favoráveis à recuperação da taxa de lucro da burguesia, tomando os recursos do “trabalho” e repassando-os para o “capital”, como meio de contornar a crise (Lima, 2023).

Em 2019, os jornais divulgavam que a crise levara mais 7,3 milhões de pessoas à pobreza no país (Almeida, 2019). Segundo o IPEA, mais da metade dos brasileiros pobres não teve ou perdeu rendimentos. Os pobres assalariados tiveram seus salários corroídos pela inflação e pela alta no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) (Madeiro, 2019).

Em 2020, com a pandemia, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cresceu em relação a 2019, com alta nos preços na cesta básica, maior taxa em quatro anos (Forbes, 2021). Ainda que o número de miseráveis tenha sido reduzido momentaneamente com o auxílio emergencial, em 2020, a perspectiva era de aumento da extrema pobreza e da fome em patamares não vistos há décadas.

Após a “Reforma” Trabalhista, realizada em 2017, que no discurso midiático prometia mais empregos aos trabalhadores e às trabalhadoras brasileiras, a taxa de desemprego teve queda ínfima, terminando 2019 em 12,1%, com 12,8 milhões de desempregados. Segundo a OIT (Chade, 2020), no cenário pandêmico, a taxa se amplia a mais de 14%, empurrando amplos setores da classe trabalhadora em direção à informalidade, à pobreza e, quando não, à morte.

Segundo Behring (2019), existe no Brasil uma “persistência do desemprego e das expressões da questão social daí decorrentes – pauperismo, violência endêmica, superlotação das prisões etc. Hoje, há cerca de 28,3 milhões de [trabalhadores] subutilizados, classificação atual do IBGE que soma todos os que estão de fora [...]” (p. 57) do mercado de trabalho, sem contar os desempregados. Por outro lado, em 2019 o número de bilionários no Brasil passou de 180 para 206, equivalente a 0,0000001% da população brasileira. Somente os dez mais ricos do Brasil – homens brancos, vários deles envolvidos em escândalos de corrupção e em denúncias de descumprimento da legislação trabalhista – concentravam 408.8 bilhões de reais. Isso equivale a pouco mais de 6% do PIB nacional, segundo a revista Forbes (2019). Além disso, o número de milionários também subiu, chegando a 199 mil pessoas (Cotias, 2019).

Esse crescimento no cenário pré-pandêmico está relacionado com as medidas de ajuste fiscal e de relaxamento de impostos, de garantias ao investimento financeiro-especulativo, de concessão de subsídios e empréstimos à burguesia nacional e àquela interessada em investir no Brasil. Deste modo, justifica-se o apoio das elites econômicas ao governo de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão.

Em 2020, no cenário de crise agravada pela crise sanitária, o número de ricos (burgueses) e de sua riqueza se ampliou astronomicamente. No Brasil, segundo o jornal Valor Econômico (2020), “levantamentos mostram que durante a pandemia a fortuna de 42 bilionários do país aumentou US\$ 34 bilhões”¹. É importante destacar que, com a crise, foram fechadas milhares de empresas e suspensos os contratos de trabalhadores(as) em contraste com a significativa ampliação de seus lucros (UOL, 2021). Suas fortunas somadas apresentaram uma alta de 33% em relação à soma do ano de 2019.

1 Fonte: <https://valor.globo.com/impresso/noticia/2020/07/28/bilionarios-ficaram-mais-ricos-e-miseria-diminuiu.ghtml>

Segundo Behring (2021), no contexto da pandemia, em que se impôs o isolamento social como medida de prevenção, a proposta do governo à classe trabalhadora foi a de diminuição dos salários, aprofundando a crise, pois tal proposta levou à suspensão de contratos e demissão em massa. Implementando as Medidas Provisórias nº 927, de 2 de março de 2020, que “Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6”, de 20 de março de 2020, e a de nº 936, de 01 de abril de 2020, que “Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6”, de 20 de março de 2020, bem como da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Ambas favorecendo a sobrevivência das empresas às custas dos direitos dos trabalhadores. Mesmo antes da pandemia, como resultado do contexto de crise e da (contra)reforma trabalhista, “[...] trabalhadores(as) sem carteira assinada e sem direitos somavam, no final de 2019, o recorde de 11,8 milhões e este tem sido resultado da contrarreforma trabalhista” (Behring, 2021, p. 228).

A autora afirma que:

Diante dessa dramática condição social, a resposta de Guedes é colocar em questão por que os pobres não poupam (sic!) e sugerir o congelamento do salário mínimo. Trata-se do mais profundo darwinismo social ultraneoliberal, de um ataque inédito aos trabalhadores(as) dos setores público e privado. Ao juntar todas as faixas de desemprego do IBGE, há mais de 30 milhões de desempregados/as. No contexto da pandemia, foram fechados 7,8 milhões de postos de trabalho, e a taxa de desemprego foi para 12,9% da população economicamente ativa (PEA), lembrando que esse percentual não considera trabalhadores ocupados em atividades informais ou que estejam buscando emprego na semana da pesquisa (Behring, 2021, p. 228-229).

O desemprego se expandiu com a pandemia de Covid-19. Cerca de 522 mil negócios suspenderam atividades ou fecharam definitivamente. Cresceu o exército industrial de reserva e parte da população (cerca de 700 mil pessoas) foi dizimada não apenas pelo adoecimento, mas pelo negacionismo, pela omissão do governo e pela falta de políticas efetivas de prevenção à disseminação do vírus. O medo da morte é menor que o medo da vida, da perda do emprego, da “insegurança da existência”, em que a maioria dos brasileiros afirmaram ter mais medo do desemprego do que da infecção por coronavírus (Lima, 2023).

No período pandêmico, a forma de enfrentamento pelo Estado ao pauperismo veio a partir de um programa imediatista de transferência de renda vinculado à política de assistência social, denominado Auxílio Brasil, que foi proposto pelo Congresso Nacional. Tal programa, recebeu severas críticas pela forma como foi estabelecido:

[...] Até julho de 2020, a Dataprev analisou 108,4 milhões de cadastros, dos quais 64,1 milhões estão recebendo o auxílio, conforme apontamos anteriormente, incluindo os inscritos no Bolsa Família, a um custo de R\$90,8 bilhões de reais. Chama atenção na conta o número de solicitações negadas, o que requisitaria uma investigação mais profunda sobre os fundamentos do bloqueio de acesso. Houve residuais tentativas de fraude no programa que foram amplamente divulgadas na imprensa, mas que não diminuem o impacto desses números e menos ainda das imagens das filas na frente das agências da Caixa, que lamentavelmente se tornaram focos de propagação do vírus. (Behring, 2021, p. 238).

Mais uma vez, a contradição entre capital e trabalho fica evidente, pois mesmo no contexto de uma grave crise sanitária, a burguesia priorizou seus lucros em detrimento das vidas humanas. O Estado garantiu a maior flexibilização de direitos², isenções e subsídios às grandes empresas³ e, também, baixa taxaço sobre grandes fortunas e sobre transações do mercado financeiro – que bateram novo recorde em 2020 com as transações de fusão e aquisições (Lima, 2023). Enquanto isso, se expandiam as condições que levavam à “insegurança da existência” da classe trabalhadora. Nesse contexto, a crise se revela, de um lado, como um momento de grande sofrimento humano, com perdas de familiares, amigos, vizinhos, colegas e, de outro, como momento de maior acumulação do capital sob a hegemonia do capital financeiro.

Considerações finais

A ofensiva capitalista fortalecida com o Golpe de 2016, impactou a vida da classe trabalhadora brasileira agravando as expressões da “questão social”, principalmente a pobreza. O desmonte das políticas sociais, com as (contra)reformas e demais legislações impostas, repercutiu diretamente sobre a reprodução da força de trabalho, ampliando as desigualdades sociais e impondo uma “insegurança da existência” dos trabalhadores e trabalhadoras no país. A crise serviu de justificativa para os ataques contundentes da burguesia contra a classe trabalhadora, a partir de medidas de ajuste fiscal permanente, com a retirada de direitos realizada via contrarreformas implementadas.

2 Recordar-se o apelo do ministro do meio ambiente (Ricardo Salles), também de extrema-direita, de que era preciso aproveitar o momento para fazer “passar a boiada”. Parte significativa da boiada passou com tratores e motosserras, e o resultado tem sido mais tragédia humanitária, com episódios como o dos ianomâmis, dos impactos ambientais que levam a desastres como o recente alagamento de cidades no Rio Grande do Sul, etc.

3 Lembre-se também que o socorro aos bancos e empresas por parte do Governo Federal, proposto pelo banqueiro Paulo Guedes, que estava na chefia do Ministério da Economia, foi bastante anterior ao Auxílio Emergencial, proposta pelo Congresso.

O pensamento conservador e ultraneoliberal – expressão ideológica da crise de nosso tempo – tem seu fundamento material na crise do capital e se intensifica frente ao desvanecimento das formas clássicas de representação e organização da classe trabalhadora, ampliando o potencial da exploração capitalista. O pauperismo atinge as massas exploradas de tal modo que altera qualitativamente a condição objetiva da luta de classes.

É urgente uma transformação radical na forma de produzir e reproduzir a nossa existência e, para isso, é necessário o rompimento com a lógica do modo de produção capitalista, cujas condições fundamentais, segundo Lenin (apud Iasi, 2010), são as seguintes: 1) a impossibilidade de manutenção da dominação burguesa (crise das “cúpulas”, crise da política da classe dominante), onde a indignação e o descontentamento das classes oprimidas forçam um caminho de transformação; 2) o agravamento extremo da miséria e da angústia das classes oprimidas; e 3) a acentuação da atividade das massas que se deixam pilhar em períodos pacíficos, mas que se rebelam e revoltam em períodos de crise de forma independente. Mas, além disso, é preciso que ocorra uma mudança subjetiva ao nível da consciência, para que a classe trabalhadora retome a capacidade de conduzir a ação revolucionária de forma vigorosa.

Atualmente, assiste-se ao agravamento das expressões da “questão social” no Brasil, enquanto os oligopólios monopolistas, cada vez mais integrados, desencadeiam ofensivas econômicas, políticas e ideológicas, aprofundando o abismo das desigualdades sociais resultantes das contradições inerentes ao capitalismo e, assim, tentam enraizar, no cotidiano, o conformismo social frente à “insegurança” da existência da classe trabalhadora.

Contribuições Não se aplica.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALMEIDA, C. Crise levou mais 7,3 milhões de pessoas à pobreza no país. 2019. In: Jornal O Globo de 04 de abril de 2019. Disponível em: www.oglobo.globo.com/economia/crise-levou-mais-73-milhoes-de-pessoas-pobreza-no-pais-23573955. Acesso em: 04 de abr de 2019.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social*. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, E. R. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (Orgs.). *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2019. p. 43-66

BEHRING, E. R. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilasio (et al.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-180.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 4ª edição. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.

BERTÃO, N. Volume de negócios na bolsa tem maior média histórica em 2019. In: Valor Investe. Bolsas e Índices. 19 de junho de 2019. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2019/06/19/volume-de-negocios-na-bolsa-tem-maior-media-historica-em-2019.ghtml>

BRASIL. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Medida Provisória Nº 927, de 22 de março de 2020. Diário Oficial da União, edição extra, 22 março 2020, p. 1. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm#:~:text=MPV%20927&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20medidas%20trabalhistas,%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Medida Provisória Nº 936, de 01 de abril de 2020. Diário Oficial da União, edição extra, 01 abril 2020, p. 1. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936imprensa.htm. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 15 dezembro 2016. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº93, de 8 de setembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Diário Oficial da União, edição extra, 08 setembro 2016. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc93.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

CHADE, J. Taxa de desemprego no Brasil irá se manter em patamares elevados, prevê OIT. – *Coluna do jornal online UOL*. Publicado em 20 de janeiro de 2020, às 17h00. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/01/20/taxa-de-desemprego-no-brasil-ira-se-manter-em-patamares-elevados-preve-oit.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 22 de julho de 2020.

COTIAS, Adriana. Clube dos milionários no Brasil ganha 42 mil novos membros. *Jornal Valor Econômico*. Coluna Valor Investe. Publicado em 21 de outubro de 2019. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/hora-de-investir/noticia/2019/10/21/clube-dos-milionarios-no-brasil-ganha-42-mil-novos-membros.ghhtml> Acesso em 1 de junho de 2023.

COUTINHO, C. N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. *Estado, Classe e Movimento Social*. 2ª ed., Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 5. São Paulo: Cortez, 2011.

FIORI, J. L. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

FORBES. Alimentos pressionam e IPCA termina 2020 a 4,52%, a maior taxa em 4 anos. *Redação Forbes Money*. Publicado em 12 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/01/alimentos-pressionam-e-ipca-termina-2020-a-452-a-maior-taxa-em-4-anos/> Acesso em 25 de maio de 2023.

FORBES. Bilionários brasileiros são destaque da nova edição da Forbes Brasil. *Redação Forbes Money*. Publicado em 25 de setembro de 2019. Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2019/09/bilionarios-brasileiros-sao-destaque-da-nova-edicao-da-forbes-brasil/> Acesso em 26 de junho de 2023.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social*. Capítulo II. São Paulo: Cortez, 2011.

IASI, M. L. O espírito de um tempo carente de espírito. In: BOSCHETTI, I.; SALVADOR, E; STEIN, R. H; TEIXEIRA, S. O. (Org.). *Que política social para qual emancipação?* 1º ed. Brasília: Abaré Editorial, 2018, v. 1, p. 11-32.

IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. 1º edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

LIMA, C. M.. Cultura da crise e ofensiva ideológica burguesa no Brasil do tempo presente. 2023. 296 f. *Tese*. (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MADEIRO, C. Ipea: mais pobres são os únicos a perder rendimento no Brasil sob Bolsonaro. In: Cotidiano. *Portal de notícias do UOL*. 18 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/18/rendimento-brasil-2019.htm> Acesso em: 19 de dezembro de 2019.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro I, vol. 2, 26^o edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. 7^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8^a edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social & Sociedade*, n. 50. 5. reimp. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

TOGLIATTI, P. *Lições sobre o fascismo*. História e política. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978, p.137.

VALOR Econômico. Bilionários ficaram mais ricos e miséria diminuiu. *Jornal Valor Econômico*. Publicado em 28 de julho de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/impresso/noticia/2020/07/28/bilionarios-ficaram-mais-ricos-e-miseria-diminuiu.ghtml>
Acesso em 30 de outubro de 2023.